



Análise Conjuntural

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Curitiba, v.36, n.3-4, março/abril 2014

sumário

- 1 PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA DIANTE DOS DESAFIOS EXTERNOS
Francisco José Gouveia de Castro
- 5 O DESEMPENHO DO SETOR AUTOMOTIVO BRASILEIRO
Ana Sílvia Martins Franco
- 7 O PESO E O PREÇO DA GUERRA FISCAL
Gilmar Mendes Lourenço
- 9 CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NOS ESTADOS UNIDOS E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE MADEIRA PARANAENSES
Guilherme Amorim
- 12 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 17 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER *(Economista)*

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

ESTELITA SANDRA DE MATIAS *(revisão de texto)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA BRASILEIRA DIANTE DOS DESAFIOS EXTERNOS

Francisco José Gouveia de Castro*

É de conhecimento geral que os aspectos mais importantes da estrutura agropecuária representam o mercado, que se traduz na formação de preço, a qual, por sua vez, é definida a partir do equilíbrio entre oferta e demanda, das condições macroeconômicas e da segurança institucional que garante ambiente de negócios favorável aos investimentos privados.

Atualmente, a agricultura brasileira se depara exatamente com a conjunção da ineficaz política econômica adotada no País e a insegurança institucional, que estão soçobrando os ganhos alcançados a partir dos esforços da estabilização macroeconômica iniciada há 20 anos. Na verdade, a breve trajetória de bonança da economia brasileira que se iniciou em 2006, resultado da conjuntura internacional propícia devido ao expressivo crescimento dos preços das *commodities* e ao influxo de capital externo, ficou gravemente comprometida pela incapacidade de reação da atual gestão federal diante do pronunciado cenário restritivo externo.

No recente relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), alertou-se que a economia global está em lenta recuperação, com risco de o mundo cair numa armadilha de baixo crescimento, uma vez que as expectativas quanto ao retorno da expansão americana foram adiadas após a confirmação da variação de apenas 0,1% no primeiro trimestre de 2014, em relação ao trimestre imediatamente anterior, ante projeções de mercado de 1,2%.

Concomitante a isso, a economia chinesa, principal comprador dos produtos agrícolas brasileiros, segundo informações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), está dando sinais de perda de força, traduzida no declínio da sua produção doméstica (tabela 1), com estimativa de crescimento de 7,5% para 2014.

TABELA 1 - CRESCIMENTO DO PRODUTO DOMÉSTICO - PAÍSES SELECIONADOS - 2009-2013

PAÍSES	2009	2010	2011	2012	2013
G20	-1,27	4,93	3,81	2,89	2,80
China	9,21	10,43	9,45	7,80	7,70
Alemanha	-5,15	4,01	3,34	0,69	0,43
Estados Unidos	-2,80	2,51	1,85	2,78	1,88
União Europeia	-4,51	2,01	1,65	-0,39	0,09

FONTES: OCDE

Além disso, os importadores chineses vêm passando por problemas logísticos, dificuldades na obtenção de crédito e margens desfavoráveis às indústrias esmagadoras de soja. Segundo informações da agência Reuters, as indústrias da China estão perdendo entre 500 e 600 yuans (US\$ 81 a US\$ 97) para processar uma tonelada de soja, ante o lucro de 600 yuans no último trimestre de 2013.

Segundo estimativas do United States Department of Agriculture (USDA), o mundo deverá registrar, neste ano, uma safra recorde de grãos, com expressivo aumento, também, nas importações e exportações, no consumo total e nos estoques finais. A produção e o estoque mundial de grãos devem crescer em 8,30% e 8,54%, respectivamente, em relação à safra de 2012/2013. A produção global de soja é estimada em 284,05 milhões de toneladas, volume 5,95% superior ao de 2012/2013, e estoques mundiais finais em 69,42 milhões, quase 20% maiores na mesma comparação.

No tabuleiro de milho, conforme o órgão americano, a produção mundial deverá chegar a 967,52 milhões de toneladas no ciclo atual, volume 11,6% superior ao da temporada anterior. Com a recomposição da oferta americana depois da seca que derrubou a colheita em 2012/2013, os estoques finais globais tendem a atingir 158,47 milhões de toneladas em 2013/2014, volume 17,9% maior que o período antecedente (tabela 2).

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

TABELA 2 - ESTIMATIVAS DE ESTOQUE E PRODUÇÃO MUNDIAL DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS - 2012/2013-2013/2014

PRODUTO	ESTOQUE (Em milhões de toneladas)			PRODUÇÃO (Em milhões de toneladas)		
	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014	Variação (%)	Safra 2012/2013	Safra 2013/2014	Variação (%)
Soja	57,87	69,42	19,96	268,10	284,05	5,95
Milho	134,40	158,47	17,91	866,94	967,52	11,60
Trigo	176,60	186,68	5,71	656,50	712,52	8,53
Grãos	451,51	490,06	8,54	2.264,00	2.452,01	8,30

FONTE: USDA - WASDE

NOTA: Elaboração do IPARDES.

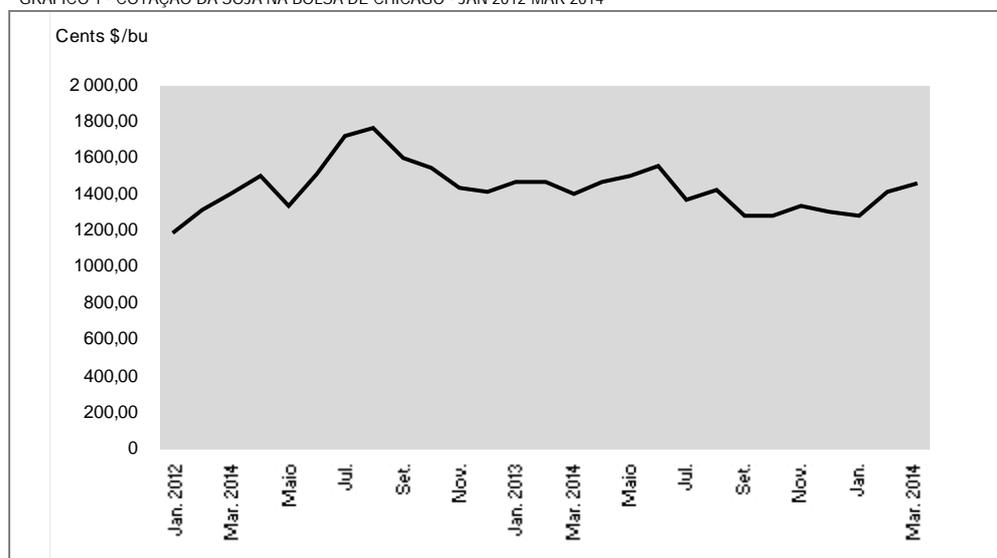
Entre soja e milho, os Estados Unidos esperam produzir 451,8 milhões de toneladas, 8,6 milhões acima da colheita anterior. Com média de 3,04 mil quilos de soja e 10,39 mil quilos de milho por hectare, o fechamento da safra prevista para as duas culturas, respectivamente, é de 96,6 milhões e 355,2 milhões de toneladas na temporada 2014/2015, produção suficiente para se chegar ao maior nível dos estoques mundiais de oleaginosas em oito anos.

Diante das boas condições da safra mundial, o levantamento do USDA indica o declínio das cotações internacionais dos grãos para o próximo ciclo, uma vez que o preço médio da soja deverá cair 24%, de US\$ 12,70 por *bushel* na temporada anterior para US\$ 9,65, e o milho tende a registrar queda de 13%, com o preço médio de US\$ 3,90 por *bushel*, ficando abaixo dos custos de produção, estimados em US\$ 4,50 por *bushel*, na próxima safra.

Em Chicago, a cotação média mensal da soja vem registrando queda desde agosto de 2012, com pequena recuperação em fevereiro de 2014, diante das previsões de perdas provocadas pela seca no sul do Brasil (gráfico 1). As projeções indicam que a China, maior importador de soja do mundo, deverá produzir 12,2 milhões de toneladas em 2013/2014, ante 13,05 milhões em 2012/2013, e importará 69 milhões de toneladas. Por outro lado, o Brasil deverá permanecer como o maior exportador mundial, com volume de 45 milhões de toneladas em 2013/2014, 7,4% a mais que em 2012/2013, contra 43 milhões dos EUA, 19,7% maior em igual comparação.

Segundo as estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção brasileira de soja deverá chegar ao volume de 86 milhões de toneladas na safra 2013/2014, crescendo 5,6% em relação à safra anterior, representando novo recorde, mesmo com o déficit hídrico na Região Sul, principalmente no Estado do Paraná, o segundo produtor nacional, com estimativa de colheita em 14,708 milhões de toneladas, e Rio Grande do Sul, com 12,421 milhões. Por outro lado, o Mato Grosso deve permanecer como o maior produtor nacional da oleaginosa, com 26,637 milhões de toneladas na safra 2013/2014, quantidade 13,2% maior que a do ano agrícola anterior.

GRÁFICO 1 - COTAÇÃO DA SOJA NA BOLSA DE CHICAGO - JAN 2012-MAR 2014



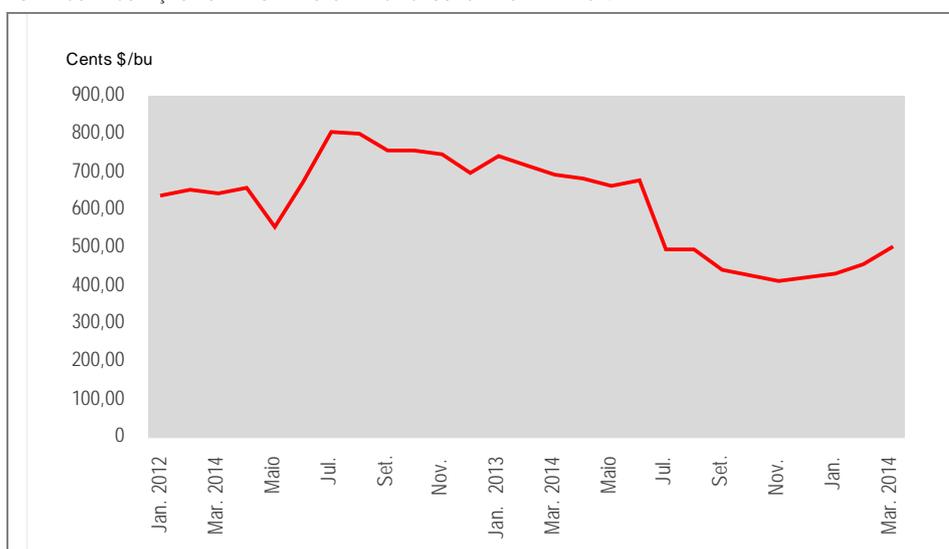
FONTE: BACEN/Bloomberg

NOTA: Cotação de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na Chicago Board of Trade (CBOT).

Já em relação ao milho, o Brasil deverá perder espaço nesta temporada, com estimativa de colheita de 70 milhões de toneladas, ante 81,5 milhões no ciclo de 2012/2013. As exportações brasileiras na safra 2013/2014 deverão ficar em 20 milhões de toneladas, o que representa redução de 19,8% em relação à safra anterior. Esta queda do milho reflete a opção dos produtores pelo plantio do algodão na segunda safra do Mato Grosso, onde, segundo a CONAB, a safrinha do cereal deverá ocupar 3,2 milhões de hectares, 5,8% a menos que em 2012/2013, e a colheita deverá cair 14,4%, para 16,6 milhões de toneladas. Outro fator associado à redução da produção safrinha está relacionado ao custo na produção do milho no estado. Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), foram gastos R\$ 1,03 mil, em média, para cada hectare, 14% acima de 2013.

Além disso, cabe destacar que há expectativa de redução de área plantada da *commodity* na próxima safra americana em 4%, alcançando o menor patamar desde 2010/2011, o que levou os fundos a acreditar na elevação do preço do milho em Chicago (gráfico 2). Porém, segundo informações do Departamento Agrícola dos EUA, os estoques do produto americano superaram a marca de 30% do nível registrado na mesma época de 2013, exercendo pressão de baixa na cotação do grão na Bolsa de Chicago.

GRÁFICO 2 - COTAÇÃO DO MILHO NA BOLSA DE CHICAGO - JAN 2012-MAR 2014



FONTE: BACEN/Bloomberg

NOTA: Cotação de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na Chicago Board of Trade (CBOT).

Mesmo com a desvalorização do real em 10,4% no ano passado, as exportações brasileiras não apresentaram reação diante da trajetória descendente das exportações e do aumento do déficit na balança comercial. A Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) reduziu, em abril, sua estimativa de exportação de soja em grão entre janeiro e dezembro de 2014 para 43 milhões de toneladas. O volume é 2,27% menor que o esperado em março.

Cabe acrescentar que a corrente comercial do Brasil ficou estagnada entre 2011 e 2013, indicando que o País está perdendo espaço no comércio internacional, em razão dos custos e da estratégia equivocada do atual governo brasileiro em relação à sua política externa. A estratégia de negociações comerciais adotada pelo Brasil ao longo da última década tem se mostrado completamente ineficiente, não deslumbrando qualquer movimento promissor para uma maior inserção do País na economia mundial. Prova disso é a prioridade da diplomacia econômica ao aprofundamento das relações com os países vizinhos, de baixa produtividade, alto custo e riscos, em detrimento dos mercados tradicionais, como os EUA e a União Europeia.

Ademais, mesmo diante do cenário internacional pouco favorável, da inoperância da atual equipe econômica do governo federal, do custo Brasil (juros, inflação, deficiências de infraestrutura, elevação do custo do trabalho com perda de produtividade), o setor agrícola brasileiro demonstrou sua inegável capacidade de superação, crescendo 7% no acumulado do ano, ante 2% dos serviços e 1,3% da atividade industrial, segundo os cálculos das contas regionais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Valor Bruto da Produção da agropecuária deve crescer 2,1% em relação a 2013, alcançando R\$ 438,4 bilhões, sendo que o VBP agrícola deve ter aumento de 4,1%, enquanto a pecuária terá uma redução de 1,6%. Tais indicadores sinalizam novamente para o êxito do agronegócio nacional em 2014, o que se deve ao grande avanço da biotecnologia utilizada na agricultura, bem como à capacidade da atividade na geração de encadeamentos produtivos com outros setores e à diversificação da produção direcionada ao grande mercado global.

Em um cenário com mercado pouco aquecido, as vendas de veículos no Brasil mostram arrefecimento, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). De acordo com a entidade, os licenciamentos de autoveículos, que englobam veículos leves, caminhões e ônibus, recuaram 2,1% no primeiro trimestre de 2014, em relação ao mesmo período de 2013.

A desaceleração observada nas vendas de veículos, ao longo deste ano, é reflexo de uma combinação de fatores, com destaque para a alta nos preços provocada pela retirada de parte do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a inclusão obrigatória dos itens de segurança, como *airbags* e freios ABS, em todos os carros produzidos a partir de 2014.

No mês de janeiro, os consumidores puderam aproveitar as promoções das montadoras, que possuíam estoques com o IPI reduzido, e anteciparam as compras de veículos. Algumas marcas ainda conseguiram estender o benefício até fevereiro, o que não foi suficiente para alavancar as vendas.

Também influencia o desempenho do setor, de forma negativa, a elevada taxa de juros, que desestimula novos financiamentos, somada aos efeitos da aceleração da inflação. Ademais, as famílias apresentam altos níveis de endividamento e inadimplência, o que torna o crédito mais restritivo. Nesse contexto, os bancos estão mais seletivos na liberação do crédito, exigindo maior entrada e estipulando prazos mais curtos para pagamento, e o consumidor está menos propenso a comprar carro novo.

Além da acomodação na demanda doméstica, outro entrave nas vendas da indústria automotiva é o mercado externo. As exportações de veículos, caminhões e ônibus registraram queda de 32,6% no acumulado de janeiro a março deste ano, segundo a Anfavea.

O principal destino das exportações do setor automotivo brasileiro é a Argentina. A indústria automobilística nacional acabou se tornando refém do país vizinho devido à crescente perda de competitividade em outros países, especialmente pela alta carga tributária, infraestrutura precária, alto custo da mão de obra e baixa produtividade. Todavia, em virtude de problemas enfrentados pelo Brasil ao exportar para seu principal parceiro comercial, que impôs uma série de restrições às importações, as vendas de veículos de passageiros reduziram 15,9% no acumulado de 2014, conforme as estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O principal obstáculo para o comércio entre os dois países é a baixa disponibilidade de reservas internacionais na Argentina, devido à crise cambial vivida pelo país. Com acesso limitado ao dólar, os importadores argentinos têm dificuldades para honrar o pagamento dos contratos. Desta forma, os exportadores brasileiros enfrentam complicações para obter empréstimos com bancos privados ao financiar suas vendas ao vizinho.

Em relação à comercialização de caminhões, houve queda de 11,3%, entre janeiro e março, em comparação a igual período em 2013, segundo a Anfavea. As vendas de ônibus contraíram 8,8% no mesmo intervalo de tempo. No caso dos caminhões, houve demora na adoção de um modelo simplificado de liberação de financiamentos do Finame, denominado Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), que foi anunciado apenas no início de abril pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O sistema com o Finame PSI Simplificado reduz para cerca de 30 dias o tempo de aprovação do crédito para compra de caminhões, que estava em torno de 45 a 50 dias.

Com o desaquecimento no mercado interno e o enfraquecimento nas exportações, as vendas do setor automotivo não acompanharam o ritmo de produção, provocando maior acúmulo de estoques, que, segundo a Anfavea, chegaram ao nível mais crítico desde o auge da crise financeira de 2008. Em março, o estoque de veículos novos nos pátios das fábricas e revendas era equivalente a 48 dias de vendas.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

A acomodação na demanda por automóveis levou as montadoras a promoverem cortes na produção, a fim de normalizar os estoques. Os fabricantes tomaram uma série de medidas, começando por concessão de férias coletivas, paradas de produção, eliminação de horas extras, redução de turnos, além de suspensão temporária de contratos de trabalho, chamada de *lay-off*, e abertura de Programas de Demissões Voluntárias (PDVs).

Das vinte fabricantes de automóveis, comerciais leves e caminhões instaladas no Brasil, mais da metade já anunciou medidas para reduzir a produção. Entre elas estão Fiat, Ford Caminhões, General Motors, Honda, Iveco, MAN/Volkswagen, Mercedes-Benz, Renault, Scania, PSA Peugeot Citroën, Volkswagen e Volvo, a última a anunciar ajustes na linha de produção.

O fraco desempenho do setor automotivo atingiu o segmento de autopeças, que vende 70% do que fabrica para as montadoras. As empresas também passaram a adotar medidas de corte na produção, como férias coletivas e *lay-off*, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

Em meio a um ambiente econômico desfavorável, a Sondagem do Consumidor de abril, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que a intenção de consumo de automóveis está em patamares muito baixos, próximos do mínimo histórico. Conforme a pesquisa, mais de 92% dos consumidores não pretendem adquirir carros nos próximos meses.

Mesmo com os resultados adversos apresentados pelo mercado automotivo nacional, a Renault anunciou, em abril, investimentos na ordem de R\$ 500 milhões em suas operações no Brasil entre 2014 e 2019, que serão aplicados na fábrica de São José dos Pinhais (PR), para o desenvolvimento de dois veículos. A empresa também irá empregar R\$ 240 milhões em recursos na instalação de um centro de distribuição em Quatro Barras, situada na Região Metropolitana de Curitiba, em um período de dez anos. Os aportes foram enquadrados no Programa Paraná Competitivo e a montadora já assinou protocolo de intenções com o Governo do Paraná.

Relatório publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destaca que, em um painel de dezessete estados brasileiros (agregando o Distrito Federal), a renúncia de receita derivada dos impostos, dirigida às empresas, representou, na média, quase duas vezes o valor por eles destinado a investimentos em logística e infraestrutura urbana em 2012. As simulações foram realizadas com a consulta aos documentos da Lei Orçamentária (LO) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Levantamento menos científico, porém relevante, sobretudo pela maior abrangência, conduzido pelo jornal *Folha de São Paulo*, mostra uma excelente aproximação do peso e do custo da guerra fiscal, conhecido certame travado principalmente entre as unidades federativas brasileiras para a atração de investimentos produtivos, baseado em isenções permanentes ou temporárias e dilações de prazos de recolhimento do principal componente das arrecadações estaduais: o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

O esforço do veículo de comunicação resultou na identificação de nove estados (Goiás, Santa Catarina, Amazonas, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraíba), cujos valores de concessão de incentivos suplantaram as inversões em obras públicas, realizadas no presente mandato político. Nas 26 instâncias mais o Distrito Federal, os estímulos totalizaram R\$ 33 bilhões entre 2011 e 2013, o que representaria receita tributária adicional de 10%, em circunstâncias de sua não aplicação.

A história é bastante conhecida. A empresa escolhe a macrorregião para a instalação da planta e, na sequência, promove um verdadeiro leilão do projeto, ofertando-o a administrações estaduais, e até municipais, que praticam de modo abusivo a concessão das vantagens tributárias, à revelia da legislação federal e das regras de necessidade de aprovação unânime no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), assento dos secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal. A vitória ou a derrota na disputa pelo empreendimento embutem a obtenção de ônus e bônus, nada desprezíveis, do ponto de vista político.

Os recursos previstos com esse tipo de expediente figuram na Lei Orçamentária e chegam a responder por mais de 40% do orçamento total de arrecadação. Isto não quer dizer necessariamente que os estados estejam aplicando somas inexpressivas de haveres públicos em capital social básico. A fonte de preocupação reside na provável preferência de substituição das aplicações em infraestrutura física, científica e tecnológica e programas de capacitação de mão de obra, pelas benesses. É ocioso sublinhar que aqueles elementos anotados são essenciais para a garimpagem sadia de novos negócios.

A guerra fiscal marca a definição política de direcionamento, para uma organização específica, dos haveres retirados dos atores sociais

Por certo, não há como negar a existência de efeitos multiplicadores dinâmicos do projeto alvo de incentivo, ensejando, na maioria dos casos, a diversificação das economias regionais. No entanto, é prudente destacar que tal prática fere o princípio da isonomia tributária, penalizando os ramos não aquinhoados; marca a definição política de direcionamento, para uma organização específica, dos haveres retirados dos atores sociais; e carrega a pecha de as unidades beneficiadas, sobretudo as de grande porte, não precisarem dos incentivos. Como eles existem e são encorpados, sua busca parece legítima, ao menos como fonte de capital de giro, desprovida de intermediação bancária.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

A eliminação da guerra fiscal depende da implementação de três conjuntos de providências. O primeiro seria a feitura de uma reforma tributária, que estipulasse a cobrança do ICMS no

destino, como já acontece para energia elétrica e petróleo, e não na origem da produção, o que abrandaria o apetite dos governadores na utilização desse instrumento, além da diminuição da alíquota desse imposto, de modo sincronizado entre regiões. O Congresso Nacional tem vários projetos sobre o assunto, alguns próprios e outros encaminhados por diferentes gestões do executivo federal.

Os dois grupos de providências adicionais requerem a interferência da União junto aos estados disputantes. Seriam eles a não concessão de aval a empréstimos internacionais e o corte de proporção dos repasses do fundo de participação, dado que, por pressuposto, a entrada nesse jogo exigiria, dentre outras coisas, respeitável envergadura financeira.

Nesse ponto, vale advertir que a própria União deveria fazer a lição de casa. Enquanto as renúncias patrocinadas pelos estados equivalem a 1,2% do PIB, as levadas a cabo pelo governo federal sacrificam 3,2% do PIB, significando a utilização de haveres fiscais da ordem de 4,4% do PIB, capturados da sociedade e desviados para segmentos empresariais selecionados, muitas vezes, por critérios pouco transparentes, em detrimento do uso alternativo em obras para a ampliação quantitativa e a melhoria da qualidade da oferta de capital social básico.

CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NOS ESTADOS UNIDOS E EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE MADEIRA PARANAENSES

*Guilherme Amorim**

A lenta recuperação do mercado imobiliário nos Estados Unidos, e da demanda por novos imóveis em particular, poderá ser percebida na indústria de produtos de madeira paranaense. A paralisia da construção residencial estadunidense, provocada pelo colapso de bolha imobiliária sem precedentes, atingiu indústrias correlatas em todo o globo. No Brasil e no Paraná, especificamente, essa contração pôde ser constatada na fabricação de madeira compensada, folhas e painéis de madeira. As técnicas de fabricação de domicílios nos Estados Unidos contribuíram para que o país se tornasse o principal destino das exportações paranaenses dessas mercadorias até a implosão do setor. Estimuladas pela expansão de pedidos em meados da década passada, as empresas do setor se capitalizaram e investiram na modernização de seus processos e diversificação de seus produtos.

O nível de atividade da construção residencial nos Estados Unidos pode ser verificado através das informações referentes a permissões para construção de novas residências, compiladas mensalmente pelo escritório censitário daquele país, o U. S. Census Bureau (USCB). Desde 2004, o USCB reúne dados pertinentes a 20.000 localidades no país. O ápice da expansão imobiliária desse milênio ocorreu em junho de 2005, quando foram requeridas 211,9 mil permissões de construção. O pior ponto da série ocorreu em janeiro de 2011, quando 36,3 mil requisições foram registradas. Em março de 2014, última informação disponível, o investimento em novas residências alcançou 83,7 mil unidades.

Contribuiu para essa reação a redução da taxa de desemprego percebida pelo Bureau of Labor Statistics – de 6,7% em março, contra 7,5% no mesmo mês do ano passado. A despeito de inverno extraordinariamente longo, houve nítido incremento do nível de atividade. Ainda não há, contudo, avaliação de qual patamar será alcançado pela construção residencial pós-crise, sob condições de crédito mais rigorosas e regulação mais realista.

As exportações paranaenses dos produtos de madeira utilizados na construção civil não dependem exclusivamente do desempenho da demanda estadunidense. Os destinos dos embarques tornaram-se mais diversificados. A divisão de folhas de madeira atende Argentina, Itália, China, Turquia e Chile, preponderantemente. Os mercados mexicano, sul-coreano e sul-africano são os principais compradores de painéis, e os destinos mais relevantes da madeira compensada fabricada no Estado são Alemanha, Bélgica e Reino Unido.

No ano passado, os Estados Unidos importaram 60,3% do valor despendido em folhas de madeira no ano de 2004, segundo dados do USCB e das Nações Unidas. Os principais fornecedores dessas mercadorias, ao longo desta década, foram Canadá e Itália. O Brasil era a terceira principal origem das folhas adquiridas pelo mercado estadunidense em 2004, situação que perdurou até 2007. Presentemente, é a sétima principal fonte. Essa retração tem consonância com os dados paranaenses de exportação. A participação dos Estados Unidos na demanda por esse produto caiu de 20,71%, em 2004, para 2,98%, no primeiro trimestre do ano corrente (tabela 1).

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE FOLHAS DE MADEIRA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NA DEMANDA EXTERNA - 2004-2014

PERÍODO	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	EXPORTAÇÃO PARA OS EUA (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO (%)
2004	22 559 188	4 671 196	20,71
2005	24 131 881	4 794 240	19,87
2006	26 852 473	3 904 906	14,54
2007	38 632 529	2 119 880	5,49
2008	30 649 259	1 411 702	4,61
2009	13 453 826	692 400	5,15
2010	17 435 210	1 065 913	6,11
2011	21 989 974	479 278	2,18
2012	20 813 925	900 145	4,32
2013	16 673 132	559 760	3,36
Jan.-mar. 2014	4 450 088	132 413	2,98

FONTES: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

O Canadá tem posição tradicionalmente dominante no mercado estadunidense de painéis de madeira. Ainda assim, o produto brasileiro alcançou posição relevante em 2005, com a quinta maior cota deste nicho. Concomitantemente, o país absorveu 62,95% das exportações paranaenses desse segmento (tabela 2). Desde o *débâcle* imobiliário, entretanto, as vendas para aquele mercado representam parte ínfima dos embarques paranaenses. Na comparação entre 2004 e 2013, nota-se que a importação dessa mercadoria pelos Estados Unidos caiu drasticamente, de US\$ 3,24 bilhão para US\$ 1,39 bilhão (-57,27%).

TABELA 2 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE PAINÉIS DE MADEIRA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NA DEMANDA EXTERNA - 2004-2014

PERÍODO	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	EXPORTAÇÃO PARA OS EUA (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO (%)
2004	85 012 846	38 348 630	45,11
2005	87 751 974	55 241 234	62,95
2006	105 525 423	59 485 707	56,37
2007	65 585 066	22 555 914	34,39
2008	24 830 141	6 496 125	26,16
2009	15 854 616	357 030	2,25
2010	17 130 487	69 846	0,41
2011	19 441 363	18 062	0,09
2012	36 635 919	547 841	1,50
2013	47 526 576	365 743	0,77
Jan.- mar. 2014	13 719 841	145 203	1,06

FONTES: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Os produtos canadenses responderam por 97,56% da importação de painéis de madeira pelo mercado estadunidense no ano passado. Fabricantes locais frequentemente contestam subsídios canadenses, e a entrada de derivados de madeira pela fronteira foi matéria de longas disputas comerciais, com necessidade de arbitragem internacional para que acordo fosse alcançado. Ademais, a contração da demanda levou a alto nível de competição e imposição de tarifas *antidumping*, voltadas às mercadorias do gênero oriundas da China. É improvável que esse nicho se mostre receptivo ao produto brasileiro em futuro próximo, a menos que sua abertura esteja compreendida em tratativas comerciais de mais amplo escopo.

A importação de madeira compensada pelos Estados Unidos atingiu o maior valor em 2006 (US\$ 2,90 bilhões) e, em 2009, este montante caiu a US\$ 1,40 bilhão. A moderada recuperação fez com que a cifra alcançasse US\$ 2,10 bilhões no ano passado. Dado relevante diz respeito aos fornecedores desse segmento. Em 2004, China e Brasil eram os principais exportadores de madeira compensada para o país, com participações praticamente equânimes, de 20,77% e 20,67%, respectivamente. Naquele ano, valor equivalente a 43,51% da exportação paranaense dessa mercadoria teve origem na demanda estadunidense (tabela 3).

Em 2013, a China forneceu 51,47% da madeira compensada adquirida internacionalmente pelos Estados Unidos, enquanto o Brasil respondeu por 3,09%. Essa retração pode ser observada na comercialização do produto paranaense: 5,55% das vendas externas tiveram como destino aquele país no ano passado. Em 2014, esse montante tende a ser menor; no primeiro trimestre, respondeu por 2,74% da exportação do Estado.

TABELA 3 - EXPORTAÇÃO PARANAENSE DE MADEIRA COMPENSADA E PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NA DEMANDA EXTERNA - 2004-2014

PERÍODO	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	EXPORTAÇÃO PARA OS EUA (US\$ FOB)	PARTICIPAÇÃO (%)
2004	527 168 851	229 385 497	43,51
2005	492 327 641	262 109 080	53,24
2006	379 060 576	154 779 067	40,83
2007	404 836 225	75 495 200	18,65
2008	393 406 216	44 422 368	11,29
2009	209 896 595	12 181 794	5,80
2010	269 491 722	6 429 240	2,39
2011	257 715 035	1 442 436	0,56
2012	293 184 969	4 453 230	1,52
2013	302 763 185	16 803 595	5,55
Jan.-mar. 2014	75 247 200	2 061 203	2,74

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

O segmento de fabricação de produtos de madeira é responsável por 2,08% do valor de transformação industrial do Estado e por 3,83% do pessoal ocupado no setor secundário, de acordo com a mais recente Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA), de 2011, realizada pelo IBGE. Ainda de acordo com a PIA, o Paraná reúne 14,9% das unidades de produção estabelecidas no País, e 21,8% do pessoal ocupado no setor.

Em 2013, esse ramo da indústria paranaense foi responsável por cerca de 2,9% do montante exportado pelo Estado. Duas empresas do setor estiveram entre as maiores exportadoras do Paraná, a saber, Braslumber e Braspine. Somadas, as duas responderam por cerca de 1% do valor aferido com as vendas ao exterior. É inegável que o tradicional segmento tem capacidade de voltar a participar das aquisições dos Estados Unidos com maior vigor, dada a competitividade que possui em outros mercados. Ainda que claudicante, a recuperação da construção residencial gera oportunidades à reinserção do produto paranaense no país. A considerar, porém, que a intensidade dessa recuperação dependerá de uma política comercial mais ativa, uma vez que os principais fornecedores internacionais dos Estados Unidos estão amparados por acordos bilaterais e multilaterais ambiciosos – e em estágios de implementação avançados.

AGROINDÚSTRIA

Louis Dreyfus adquire controle da Kowalski Alimentos

A Louis Dreyfus Commodities (LDC) adquiriu o controle da Kowalski Alimentos, empresa sediada em Apucarana, na Região Norte Central Paranaense. A Kowalski possui unidades de beneficiamento de milho nessa cidade e em Rio Verde (GO). Combinadas, as plantas têm capacidade de processar 600 mil toneladas do grão anualmente.

Multinacional francesa, a LDC atuava no varejo brasileiro através da oferta de óleo de soja. O controle da Kowalski fará com que esse portfólio seja expandido, uma vez que a empresa paranaense possui marcas de derivados de milho (alimentos e rações) estabelecidas no mercado.

BATISTA, Fabiana. Dreyfus estreia em processamento de milho no Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 mar. 2014. Empresas, p. B11.

Castrolanda, Batavo e Capal preparam abate de suínos

Três cooperativas da Região Centro-Oriental Paranaense associaram-se para a construção de planta de processamento de carne suína, implantada em Castro. Sediada neste município, a Castrolanda detém participação majoritária (55%) no empreendimento, enquanto a Batavo, de Carambeí, e a Capal, de Arapoti, possuem 25% e 20%, respectivamente. Espera-se que a planta entre em funcionamento em junho deste ano. A expectativa é de que a capacidade diária de abate alcance, até o fim deste ano, 2.300 animais. Planeja-se que a indústria dobre essa marca no próximo quinquênio.

A partir do próximo ano, a unidade será capaz de produzir cerca de 2.000 toneladas de embutidos mensalmente. Desse volume, 800 toneladas serão vendidas à empresa paulista Ceratti, em associação firmada em abril. Aproximadamente 600 toneladas serão distribuídas com as marcas controladas pelas cooperativas.

Castrolanda, Batavo e Capal também operam conjuntamente duas indústrias de produtos derivados de leite, em Castro e Ponta Grossa, e investirão R\$ 120 milhões na implantação de unidade do gênero em Itapetininga (SP). Esse projeto será desenvolvido em conjunto com uma cooperativa local, a Colaso.

ROCHA, Alda do Amaral. Ceratti fecha acordo com cooperativas do PR. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 abr. 2014. Empresas, p. B14.

ROCHA, Alda do Amaral. 'Intercoperação' investe em lácteos e faz aliança com Colaso em São Paulo. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 abr. 2014. Empresas, p. B14.

Novo Moinho Globo em Sertanópolis

Fundada há 60 anos, a indústria Moinho Globo Alimentos implantará nova unidade de moagem em Sertanópolis, município da Região Norte Central Paranaense onde está sediada. Estima-se que a unidade entre em operação no final do próximo ano. A nova planta terá capacidade inicial de moagem estimada em 600 toneladas de trigo por dia. Espera-se que essa produção alcance, em cinco anos, 1.000 toneladas diárias.

Para além de diversos tipos de farinha, a indústria produz massas, misturas para bolo e fermentos.

MOINHO Globo inicia construção de nova indústria. *Folha de Londrina*, 30 abr. 2014. Economia & Negócios, p. 3.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º.03.2014 a 30.04.2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

Nova fábrica de embalagens em Ponta Grossa

Indústria de capital colombiano, a Darnel Brasil implantará unidade no Distrito Industrial de Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense). A expectativa é de que a planta, voltada à fabricação de embalagens para alimentos, entre em funcionamento no final de 2015. Estima-se que o empreendimento demande investimento entre R\$ 86 milhões e R\$ 100 milhões e ocupe 200 mil metros quadrados.

Esta será a segunda planta da Darnel Brasil no Paraná – uma unidade está implantada em Curitiba. A maior parte da produção da empresa é destinada a supermercados e frigoríficos, e cerca de metade dela é exportada.

FRIAS, Maria Cristina. Multinacional colombiana terá segunda fábrica no país. *Folha de S. Paulo*, 01 abr. 2014. Mercado, p. 2.
PONTA Grossa terá fábrica colombiana de embalagens. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 mar. 2014. p. 29.

Prentiss Química é vendida a grupo chinês

Localizada no município de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, a Prentiss Química passou a ser controlada pelo grupo Tide, de capital chinês. O valor da negociação e o contingente de participação societária adquirida não foram divulgados, exceto o fato de que esta torna o Tide sócio majoritário na empresa paranaense. Há, ainda, a opção de compra das cotas societárias remanescentes pelo grupo chinês. O Tide apresenta, atualmente, faturamento mundial superior a US\$ 150 milhões.

Fundada há 40 anos, a Prentiss Química possui capacidade de produzir 15 milhões de litros de fungicidas, 15 milhões de litros de inseticidas e 35 milhões de litros de herbicidas por ano. Essas substâncias são demandadas por produtores de soja, milho e café, principalmente. Estima-se que o faturamento da indústria tenha alcançado US\$ 5 milhões em 2012.

CAETANO, Mariana. Chinesa Tide acerta aquisição e acelera seu avanço no país. *Valor Econômico*, São Paulo, 04 abr. 2014. Empresas, p. B16.

Prati-Donaduzzi construirá nova planta em Toledo

Indústria farmacêutica sediada em Toledo (Região Oeste Paranaense), a Prati-Donaduzzi alocará R\$ 150 milhões na implantação de nova unidade no município. Desse montante, R\$ 50,8 milhões serão financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Anualmente, a companhia produz dez bilhões de doses de medicamentos sólidos, semissólidos e líquidos. Quando a nova planta entrar em operação, voltada à formulação de sólidos, estima-se que a capacidade total se expanda para 16 bilhões de doses por ano. Aproximadamente 90% da produção da Prati-Donaduzzi, constituída de 170 medicamentos genéricos, é destinada ao mercado hospitalar.

O investimento da empresa é condizente com os objetivos de exportar para os Estados Unidos a partir de 2016 e de ampliar seu portfólio – requereu na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorização para fabricar 70 novas formulações. A indústria foi fundada há 19 anos e registrou faturamento de R\$ 625 milhões no ano passado. A expectativa é de que o faturamento de 2014 cresça 25% em relação àquele resultado.

BNDES empresta R\$ 50,8 milhões para farmacêutica do Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 abr. 2014. p. 16.

DEZEM, Vanessa. Prati-Donaduzzi investe para exportar para os EUA. *Valor Econômico*, São Paulo, 11 abr. 2014. Empresas, p. B5.

Aker firma novo contrato com a Petrobras

A empresa de capital norueguês Aker Solutions, instalada na Cidade Industrial de Curitiba, firmou contrato de US\$ 300 milhões com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Especializada em produtos e serviços voltados à exploração de petróleo e gás, a Aker estabeleceu compromisso de entrega de oito conjuntos de tubos para distribuição e injeção de gás em 2016. A empresa planeja que o equipamento seja produzido em nova fábrica, instalada em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), a ser inaugurada no próximo ano. Esse material deve possuir índice de nacionalização igual ou superior a 70%.

Aker e Petrobras possuem outro acordo vigente, no valor de US\$ 800 milhões, para fornecimento de maquinário para exploração submarina de petróleo.

BRODBECK, Pedro. Petrobras e Aker fecham negócio de US\$ 300 mi. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 abr. 2014. Economia, p.4.

Planta da Tecverde Engenharia em Araucária

A Tecverde Engenharia investirá aproximadamente R\$ 10 milhões na construção de unidade industrial em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Empresa especializada em casas pré-fabricadas, a Tecverde estima que a nova planta será capaz de produzir 2,5 mil casas anualmente. As atuais instalações da companhia, no município de Pinhais (RMC), possui volume de produção dez vezes inferior.

A Tecverde planeja, ainda, abrir duas filiais no interior do Estado de São Paulo no próximo biênio. A empresa desenvolve produtos para condomínios horizontais, de alto padrão, e de menor custo, destinados a programas públicos de habitação.

JUNGES, Cintia. Mercado paulista acelera expansão da Tecverde. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 abr. 2014. p. 18.

Mosaic adquire operações de fertilizantes da ADM

As operações de produção de fertilizantes da Archer Daniels Midland (ADM) no Brasil e no Paraguai foram adquiridas pela Mosaic, companhia de capital estadunidense. A transação, estimada em US\$ 350 milhões, inclui fábrica e terminal fluvial no Paraguai e quatro complexos de mistura e armazenamento no Brasil, um deles localizado em Paranaguá (Região Metropolitana de Curitiba). A Mosaic já possui uma indústria de formulações para nutrição animal no município.

Atualmente, a companhia executa plano de fortalecimento de sua estrutura brasileira, investindo aproximadamente US\$ 100 milhões na elevação da capacidade de produção de suas plantas e ampliação de terminais portuários. Um desses projetos contempla o aumento da estrutura da Fospar, fabricante de superfosfato pertencente à Mosaic, também instalada em Paranaguá.

O negócio prevê que a Mosaic atenderá à necessidade da ADM por fertilizantes nos próximos cinco anos. Sua efetivação depende de chancela do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

FERREIRA, Carine. Mosaic compra ativos de fertilizantes da ADM. *Valor Econômico*, São Paulo, 16 abr. 2014. Empresas, p.B16.

Novos investimentos da Renault

A Renault planeja produzir dois novos modelos em sua planta de São José dos Pinhais, uma *pick-up* e um utilitário esportivo. A empresa também projeta a construção de um centro de distribuição de veículos em Quatro Barras. Ambos municípios situam-se na Região Metropolitana de Curitiba.

Estima-se que a implantação da linha de produção dos novos veículos demande cerca de R\$ 500 milhões, alocados entre 2014 e 2019. Por sua vez, o complexo a ser instalado em Quatro Barras exigirá capital avaliado em R\$ 240 milhões, investido ao longo de dez anos. A estrutura atender à rede nacional de concessionárias e ao mercado externo. A expectativa é de que o centro de distribuição comece a funcionar no segundo semestre do próximo ano. Esses projetos não estão incluídos no plano de investimentos de R\$ 1,5 bilhão encerrado neste ano, através do qual a indústria ampliou sua capacidade anual de produção para 380 mil veículos. O Brasil é o segundo maior mercado da Renault, atrás da França.

A produção atual da companhia, contudo, sofreu contração ante crescimento de estoques. Um dos turnos de montagem foi eliminado e quatro dias de licença foram concedidos aos funcionários em abril. Segundo a empresa, a retração dos mercados brasileiro e argentino, destino de 89% dos veículos exportados, causou a elevação dos estoques.

BERTOLDI, Andréa. Renault vai investir R\$ 500 mi no Brasil. *Folha de Londrina*, 18 abr. 2014. Economia & Negócios, p. 1.

RIOS, Cristina. Renault vai investir R\$ 500 milhões até 2019. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 abr. 2014. p. 16.

SILVA, Cleide. Renault anuncia investimento no País e para produção para ajustar estoque. *O Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2014. Economia, p. B11.

Geo Energética investirá R\$ 250 milhões em sete anos

Sediada em Tamboara, na Região Noroeste Paranaense, a GEO Energética planeja construir novas instalações para produção de biogás. Estimado em R\$ 250 milhões, o projeto deve ser implementado nos próximos sete anos. A localização das novas unidades está condicionada ao fornecimento de matéria orgânica utilizada como insumo. Atualmente, a companhia emprega resíduos de cana-de-açúcar oriundos de usina da região para a produção de biogás, destinado à geração de energia elétrica.

A empresa recebeu da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), R\$ 160 milhões destinados à pesquisa e desenvolvimento de produção de biogás pelo aproveitamento de outros resíduos orgânicos, bem como de biometano como combustível substituto do óleo diesel.

LUCIANO, Antoniele. Empresa recebe aporte de R\$ 160 milhões para investir na geração de biogás. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 abr. 2014. Economia, p. 4.

Yelling construirá fábrica em Rio Negro

A indústria de luvas Yelling alocará R\$ 12 milhões na construção de planta no município de Rio Negro, na Região Metropolitana de Curitiba. Estima-se que a nova unidade entre em operação no início de 2016. Fundada em 1980, a empresa possui fábrica em Curitiba.

A Yelling produz modelos de luvas para proteção utilizadas em diversos segmentos industriais, bem como na construção civil. Em 2013, a companhia alcançou receita líquida de R\$ 50 milhões, valor 10% superior ao do ano anterior.

CHERUBINI, Fábio. Yelling investe em nova fábrica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 abr. 2014. Economia, p. 5.

Grupo Petrópolis implantará indústrias no Paraná e arrendará plantas da Imcopa

A indústria de bebidas Petrópolis implantará duas unidades no Paraná, voltadas à produção de cerveja e malte. A fábrica de cerveja demandará investimentos estimados em R\$ 600 milhões e terá capacidade de produção anual avaliada em três milhões de hectolitros. Será a sétima cervejaria do grupo. A construção da fábrica de malte, capaz de gerar 160 mil toneladas por ano, exigirá aporte de R\$ 200 milhões. A localização das instalações ainda não foi divulgada pela companhia.

A empresa também arrendará as plantas da Imcopa, esmagadora de soja sob recuperação judicial desde fevereiro. As instalações da Imcopa encontram-se nos municípios de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, e Cambé, na Região Norte Central Paranaense. O grupo estima que seus investimentos no Estado alcançarão R\$ 2,2 bilhões. Os projetos serão inscritos no Programa Paraná Competitivo.

RIOS, Cristina. Grupo Petrópolis vai construir cervejaria no PR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 30 abr. 2014. p. 20.

SERVIÇOS

NTT Data em Londrina

A empresa de capital japonês NTT Data instalar-se-á no município de Londrina (Região Norte Central Paranaense), onde prestará serviços de Tecnologia da Informação. Em Londrina, a NTT Data atenderá, inicialmente, companhias que buscam terceirizar processos que não compõem seu negócio principal. Há a possibilidade de que, eventualmente, a empresa instale na cidade um centro de desenvolvimento de software como o que opera em Curitiba desde 2012.

LUCIANO, Antoniele. NTT Data se instala em Londrina. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 23 mar. 2014. Economia, p. 7.

Rede Slaviero investirá R\$ 80 milhões

A Rede Slaviero, sediada em Curitiba, alocará R\$ 80 milhões na construção de hotéis em Maringá (Região Norte Central Paranaense), São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) e Rio Claro (SP). A rede possui 22 estabelecimentos distribuídos em cinco unidades da Federação: Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. A empresa espera controlar 80 hotéis até 2023.

No ano passado, a Slaviero alcançou faturamento de R\$ 126 milhões. A expectativa é de que o resultado do ano corrente apresente crescimento de 23%.

FRIAS, Maria Cristina. Acomodação paranaense. *Folha de S. Paulo*, 23 mar. 2014. Mercado, p. B2.

Triunfo e Logz construirão terminal em Paranaguá

A Triunfo Participações e Investimentos e a Logz Logística Brasil projetam a construção de terminal portuário em Paranaguá. As empresas terão participação equânime no projeto, destinado à movimentação de graneis sólidos e contêineres. Estima-se que as instalações, adjacentes ao porto, estejam prontas em 2019 e possuam acessos rodoviário e ferroviário.

A Triunfo é uma das controladoras do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), detém terminal em Navegantes (SC), está a construir outro em Manaus (AM) e opera concessões de rodovias e usinas hidrelétricas. A Logz é uma empresa do grupo BRZ Investimentos, que tem participação em outras companhias de logística (Agrovia, Brado, Elog e Sascar).

PUPPO, Fábio. Triunfo e BRZ planejam entrada em Paranaguá. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 abr. 2014. Empresas, p. B2.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112
2014 ⁽¹⁾	-	-	-	30 342	154 663	5 097	30 039	851 116	28 334

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 146	99 217	1 523	664 364	49 557 008	74 593	43 712	181 668	4 156
2014 ⁽¹⁾	34 763	32 997	949	651 064	47 441 644	72 868	45 700	185 072	4 050

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 228	161 649	3 932 081	24 325
2014 ⁽¹⁾	509 579	908 427	1 783	76 137	171 673	2 255	181 397	4 279 050	23 589

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	1 915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 034 389	17 378 058	5 727	4 760 576	15 961 487	3 353	986 600	1 839 063	1 864
2014 ⁽¹⁾	2 577 509	15 412 361	5 980	5 016 657	14 708 024	2 932	1 215 364	3 639 738	2 995

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2013

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	238 902	24 911	55 936
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	247 789	27 815	62 449
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	265 675	30 791	63 619
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	249 489	30 053	55 058
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	269 728	31 501	61 744
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	254 167	28 730	58 068
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	233 939	29 503	50 631
2004	1 557 656	276 808	340 645	2013 ⁽¹⁾	3 338 411	333 180	613 243
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	278 021	27 045	51 164
2006	1 856 538	316 897	390 394	Fevereiro	247 143	24 175	45 519
2007	2 057 318	295 010	437 152	Março	256 015	25 704	50 167
2008	2 480 908	279 609	454 340	Abril	295 361	29 803	54 490
2009	2 489 061	282 220	509 156	Maió	291 746	29 332	54 161
2010	2 725 634	338 599	531 514	Junho	280 431	26 527	52 329
2011	2 868 973	279 585	629 586	Julho	303 565	28 273	55 399
2012	3 033 270	314 986	682 118	Agosto	290 469	26 473	54 721
Janeiro	249 459	21 202	53 588	Setembro	269 764	28 513	50 809
Fevereiro	237 860	20 894	52 105	Outubro	295 980	30 426	51 320
Março	267 575	21 204	59 047	Novembro	265 205	26 519	48 163
Abril	240 526	22 690	51 005	Dezembro	264 709	30 389	45 001
Maió	278 161	25 691	58 869				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 932
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	1 900 137	51,30	347 578	9,38	1 397 206	37,72	58 861	1,59	3 703 781
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 831	39,13	21 851	1,66	1 313 190
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	3 703 781	3 940 766	- 236 985	49 587 957	55 660 333	- 6 072 375
Janeiro	904 545	1 217 279	- 312 733	16 026 191	20 085 327	- 4 059 136
Fevereiro	1 313 190	1 304 083	9 106	15 933 832	18 058 887	- 2 125 054
Março	1 486 046	1 419 405	66 642	17 627 934	17 516 119	111 815

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan/13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	No v./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	
Combustíveis e lubrificantes	102,4	116,2	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	120,6	120,7	120,5	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,5	122,4	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	119,6	129,8	109,3	
Hipermercados e supermercados	107,1	123,1	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	120,1	130,8	109,4	
Tecidos, vestuário e calçados	77,3	98,7	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	88,9	94,7	83,1	
Móveis e eletrodomésticos	84,6	99,3	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	110,8	124,2	97,3	
Móveis	80,7	93,3	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	97,8	109,1	86,4	
Eletrodomésticos	90,1	107,1	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	122,0	137,1	106,8	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	112,4	132,1	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	127,1	130,1	124,0	
Livros, jornais, revistas e papelaria	116,5	94,3	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	125,5	146,4	104,6	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	61,3	84,0	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	60,5	58,0	62,9	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	95,3	123,2	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	121,3	128,9	113,7	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	99,6	116,2	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	115,4	123,5	107,2	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2011	2012	2013	Jan/13	Fev/13	Mar/13	Abr/13	Mai/13	Jun/13	Jul/13	Ago/13	Set/13	Out/13	Nov/13	Dez/13	2014	Jan/14	Fev/14
Indústria de transformação	160,9	153,1	161,9	149,6	129,2	168,6	159,1	173,2	159,5	173,0	187,6	163,7	179,0	168,0	132,1	142,6	133,1	152,1
Alimentos	117,4	119,8	121,4	97,4	104,4	108,9	122,3	129,0	118,6	137,1	145,5	130,6	133,0	124,4	105,7	96,4	93,5	99,4
Bebidas	141,6	146,6	133,2	142,1	130,5	128,1	105,8	120,5	121,7	107,1	132,9	128,6	149,7	152,9	177,9	133,2	132,7	133,7
Madeira	87,2	101,0	105,3	102,3	100,4	94,7	107,2	98,2	96,5	110,8	110,0	107,7	119,4	116,8	100,3	108,2	111,4	105,0
Celulose, papel e produtos de papel	140,8	139,4	137,4	140,1	123,2	142,0	133,9	112,6	140,8	138,1	138,2	142,9	146,6	144,2	146,3	129,6	139,6	119,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	422,8	362,0	350,0	567,2	158,9	573,1	228,5	468,8	276,3	288,5	431,7	180,6	406,2	376,1	244,4	225,4	186,5	264,3
Refino de petróleo e álcool	102,8	105,9	105,8	99,4	86,3	103,4	108,7	121,4	109,2	117,6	127,6	111,0	121,4	107,1	56,1	95,3	95,6	94,9
Outros produtos químicos	68,5	61,6	64,2	72,5	64,1	55,2	57,1	70,9	60,2	67,7	87,2	82,6	53,3	53,8	46,2	51,0	50,6	51,5
Borracha e plástico	134,8	133,8	134,8	121,4	124,2	132,8	138,2	141,5	142,1	151,8	142,9	136,2	143,0	135,2	108,7	128,4	123,6	133,2
Minerais não metálicos	133,8	129,6	140,1	115,8	128,2	137,3	143,5	149,5	136,1	146,3	149,2	141,8	150,1	151,3	132,7	127,2	120,5	134,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	132,8	131,8	132,9	125,5	118,5	123,2	128,7	130,7	127,2	142,9	150,5	137,3	160,0	138,8	111,1	137,7	138,9	136,6
Máquinas e equipamentos	171,0	171,9	195,5	175,4	182,8	202,0	204,6	203,7	202,2	190,0	199,8	180,5	218,7	205,8	180,9	195,1	183,0	207,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	149,1	147,9	161,7	144,0	148,1	236,0	107,3	148,0	143,1	166,4	180,1	171,3	168,7	171,7	155,3	154,6	150,0	159,2
Veículos automotores	409,4	343,2	406,0	276,9	273,2	400,9	441,1	441,9	426,5	484,3	502,5	464,6	456,1	418,5	285,5	370,0	304,1	435,9
Mobiliário	102,7	109,0	112,5	115,9	97,6	113,5	121,0	111,5	111,3	118,2	119,3	110,2	113,3	113,7	104,6	95,4	91,7	99,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	110,0	112,5	112,6	111,0	111,6
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	65,9	65,0	67,7	67,2
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,6	113,1	113,2	111,5	112,1
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	186,1	192,3	179,1	178,8
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	184,7	204,8	251,9	335,5
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	98,3	110,3	107,1	111,4
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,4	73,2	71,8	70,6	72,8
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	91,9	84,0	80,2	80,4	78,5
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	29,9	28,6	30,1	29,4
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	129,7	133,0	128,1	127,8
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	230,1	229,5	203,0	204,9
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	105,5	112,7	114,9	115,3	116,1
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	78,8	78,4	81,1	80,8
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	140,8	139,0	142,4	142,5
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	88,9	87,3	86,7	87,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	121,2	116,7	116,3	120,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	155,0	158,7	152,8	154,2
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	183,1	158,1	177,3	176,7
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	174,0	175,5	173,5	173,6
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	67,5	68,2	69,9	70,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Mar./13	Abr./13	Maió/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	
Indústria geral	113,1	113,9	114,2	114,5	114,0	113,2	113,0	112,4	112,3	108,0	108,4	108,3	108,5	
Indústrias extrativas	66,9	65,6	65,8	65,1	64,4	62,8	63,7	63,2	63,8	64,0	63,6	63,5	63,6	
Indústria de transformação	113,7	114,5	114,8	115,2	114,6	113,8	113,6	113,0	112,9	108,5	108,9	108,8	109,0	
Alimentos e bebidas	188,3	191,3	195,5	198,5	198,2	199,0	198,0	197,9	198,0	184,8	186,4	184,4	188,5	
Fumo	343,7	332,0	263,5	183,7	123,6	115,2	118,9	122,9	128,1	138,9	308,1	269,7	346,4	
Têxtil	108,3	107,9	108,0	109,3	110,9	111,3	114,4	114,2	112,4	108,1	108,5	107,9	109,1	
Vestuário	72,8	72,7	71,7	72,5	72,8	72,8	73,2	72,2	71,6	65,7	65,8	65,6	66,0	
Calçados e couro	78,8	78,5	80,6	81,0	81,1	82,3	82,7	80,1	79,6	78,3	80,3	79,9	80,7	
Madeira	28,7	28,6	28,3	28,5	28,4	28,2	28,1	28,2	28,4	28,2	28,7	28,5	28,8	
Papel e gráfica	130,7	132,1	133,5	132,1	133,3	134,2	133,5	136,3	138,6	135,9	136,3	135,7	136,9	
Refino de petróleo e combustíveis	226,5	240,4	245,5	241,9	240,5	239,5	236,9	233,8	229,9	211,1	202,2	203,3	201,1	
Produtos químicos	115,0	115,9	115,0	114,6	114,6	114,6	114,2	114,3	114,5	114,7	116,9	115,7	118,1	
Borracha e plástico	79,5	78,5	76,2	75,3	78,7	78,4	78,7	78,4	78,2	76,8	75,4	76,1	74,7	
Minerais não-metálicos	142,5	141,2	138,8	139,7	137,2	137,3	138,7	136,5	136,0	135,3	136,7	135,8	137,6	
Metalurgia básica	88,4	88,6	90,4	89,2	88,3	86,3	85,9	85,8	85,3	85,3	85,6	85,4	85,8	
Produtos de metal ⁽¹⁾	121,5	119,4	116,6	115,1	113,7	113,5	114,7	116,8	117,3	115,4	112,7	114,4	111,1	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	158,0	159,6	159,2	161,4	162,0	160,3	160,8	160,1	159,7	155,9	159,2	159,3	159,1	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	170,3	176,1	177,0	175,0	161,9	142,7	137,0	135,8	137,1	130,1	122,8	129,7	115,9	
Fabricação de meios de transporte	175,8	177,4	176,3	177,2	178,2	178,1	176,6	174,9	173,7	170,1	170,8	171,3	170,3	
Fabricação de outros produtos	69,4	69,0	69,2	69,1	68,2	68,7	69,2	65,7	65,4	64,3	65,1	65,1	65,0	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan.-Mar. 2014	14 594	7 596	1 189	22 240	52	-	45 671

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012 ⁽³⁾	255 767	1,80	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	289 194	5,01	4 837 950	2,28

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

